

O FIM DO "LAISSEZ-FAIRE" (1926)

http://www.politica.pro.br/Cursos/curso_crises_aula3.htm

*John M. Keynes

I

A disposição com respeito às questões públicas, que por conveniência denominamos individualismo e *laissez-faire*, originou-se de muitas fontes de pensamento e de diferentes impulsos dos sentimentos. Durante mais de cem anos nossos filósofos nos governaram porque, por um milagre, quase todos concordavam, ou pareciam concordar, sobre essa questão. Ainda hoje, não deixamos de dançar a mesma música. Mas, paira no ar uma transformação. Apenas ouvimos indistintamente o que já foram uma vez as vozes mais nítidas e claras que jamais instruíram a humanidade política. Finalmente, a orquestra de diversos instrumentos, o coro de sons articulados, está se diluindo na distância.

No fim do século XVII, o direito divino dos reis foi substituído pela liberdade natural e pelo contrato social; e o direito divino da Igreja, pelo princípio da tolerância e pelo ponto de vista de que uma igreja é "uma sociedade voluntária de homens" que se reúnem de maneira "absolutamente livre e espontânea". Cinquenta anos mais tarde, a origem divina e a voz absoluta da moral deram lugar aos cálculos da utilidade. Com Locke e Hume estas doutrinas deram origem ao individualismo. Os direitos individuais presumidos pelo contrato social, a nova ética, que não passava de um estudo científico das conseqüências do amor-próprio racional, colocavam o indivíduo no centro do mundo. Hume dizia que

"a única dificuldade da Virtude é o justo Cálculo e uma firme preferência pela maior Felicidade".

Essas idéias convergiam para as noções práticas dos conservadores e dos advogados. Elas forneceram um fundamento intelectual satisfatório para os direitos de propriedade e para a liberdade do seu titular fazer o que desejasse consigo e com o que era seu. Essa foi uma das contribuições do século XVIII ao clima que ainda respiramos.

O objetivo de promover o indivíduo era a deposição do monarca e da Igreja; o resultado – através do novo significado ético atribuído aos contratos – foi o reforço da propriedade e da posse legal. Mas, não tardou muito para que as reivindicações da sociedade se erguessem novamente contra o indivíduo. Paley e Bentham aceitaram o hedonismo utilitário das mãos de Hume e seus predecessores, mas o ampliaram na utilidade social. Rousseau tomou o Contrato Social de Locke e dele extraiu a Vontade Geral. Em cada caso, a transcrição foi realizada através de nova acentuação da igualdade.

"Locke aplica seu Contrato Social à modificação da igualdade natural da humanidade, na medida com que esta frase implica a igualdade da propriedade ou até a do privilégio, em consideração à segurança geral. Na versão de Rousseau, a igualdade não é apenas o ponto de partida, mas o objetivo."

Paley e Bentham chegaram ao mesmo ponto, mas por caminhos diferentes. Paley evitou uma conclusão egoísta para seu hedonismo, através de um *Deus ex machina*.

"A Virtude – dizia ele – é fazer bem à humanidade, em obediência à vontade de Deus, para conseguir a felicidade eterna."

Desse modo reconstruiu a paridade do *eu* e dos *outros*. Bentham chegou ao mesmo resultado através da razão pura. Argumentava que não havia um fundamento racional para preferir a felicidade de um indivíduo, inclusive a própria, à de qualquer outro. Portanto, a maior felicidade do maior número era o único objeto racional de comportamento. Adotou a utilidade de Hume, mas esqueceu o corolário cínico daquele sábio:

"Não é contrário à razão preferir a destruição de todo o mundo ao esmagamento de meu dedo. (...) Não é contrário à razão que eu escolha minha ruína total para impedir o menor incômodo a um índio ou a uma pessoa que me seja totalmente desconhecida... A razão é e deve apenas ser escrava das paixões, e nunca pode pretender qualquer outra função de obedecer a elas."

Rousseau derivava a igualdade do estado de natureza. Paley, da vontade de Deus; Bentham, de uma lei matemática de indiferença. Dessa forma, a igualdade e o altruísmo penetraram na filosofia política e, da conjugação de Rousseau e Bentham, surgiram tanto a democracia como o socialismo utilitário.

Esta segunda corrente – originada de controvérsias há muito terminadas e levadas avante por sofismas há muito desacreditados – ainda permeia nossa atmosfera do pensamento. Mas não extinguiu a corrente anterior, Misturou-se a ela. A união milagrosa deu-se no início do século XIX. Ela harmonizou o individualismo conservador de Locke, Hume,

Johnson e Burke com o socialismo e igualitarismo democrático de Rousseau, Paley, Bentham e Godwin.

Apesar disso, naquele período teria sido difícil conseguir essa harmonia dos opostos, se não fosse pelos *economistas* que começaram a se destacar exatamente no momento adequado. A idéia de harmonia divina entre o lucro privado e o bem público já aparecera em Paley. Mas, foram os economistas que proporcionaram a essa noção uma boa fundamentação científica. Suponhamos que, pelo funcionamento de leis da natureza, indivíduos esclarecidamente voltados para seus próprios interesses sempre tendam, em condições de liberdade, a promover simultaneamente o interesse geral! Nossas dificuldades filosóficas ficam resolvidas, pelo menos para o homem prático, que pode, então, concentrar seus esforços na garantia das necessárias condições de liberdade. A doutrina filosófica de que o governo não tem o direito de intervir, e à doutrina divina de que ele não tem necessidade de interferir, acrescenta-se uma prova científica de que sua interferência é inconveniente. Esta é a terceira corrente de pensamento, que pode ser descoberta em Adam Smith, e que, fundamentalmente, estava pronta a permitir que o bem comum repousasse no "natural esforço de cada indivíduo para melhorar sua condição", idéia que só se desenvolveria completa e conscientemente no início do século XIX. O princípio do *laissez-faire* chega assim para harmonizar o individualismo e o socialismo, e para unir o egoísmo de Hume ao máximo benefício do maior número. O filósofo político poderia ser substituído pelo homem de negócios, pois este conseguia atingir o *summum bonum* do filósofo, simplesmente através da procura do seu lucro pessoal.

Mas, ainda eram necessários alguns outros ingredientes para completar a mistura. Em primeiro lugar, a corrupção e a incompetência dos governos do século XVIII, dos quais muitos legados sobreviveram no século XIX. O individualismo dos filósofos políticos tendia para o *laissez-faire*. A harmonia divina ou científica (conforme o caso) entre o interesse particular e a vantagem política também tendia para o *laissez-faire*. Mas, acima de tudo, a inépcia dos administradores públicos contribuiu muito para levar o homem prático no *laissez-faire* – um sentimento que, de maneira alguma, desapareceu. Quase tudo o que o Estado fizesse além de suas funções mínimas, no século XVIII, era, ou parecia, injurioso ou sem êxito.

Por outro lado, o progresso material entre 1750 e 1850 veio da iniciativa individual, e quase nada ficou a dever à influencia intervencionista da sociedade organizada como um todo. Assim, a experiência prática reforçava os raciocínios *a priori*. Os filósofos e os economistas nos diziam que, por diversas e profundas razões, a empresa privada sem entraves iria promover o maior bem para a sociedade toda. O que poderia ter servido melhor ao empresário? E, olhando em torno, poderia um observador negar que as bênçãos do progresso, que distinguiam o período em que viveu, deviam ser atribuídas às atividades de indivíduos "interesseiros"? Assim, o terreno estava preparado para a doutrina que, em bases divinas, naturais ou científicas, estabelecia que a ação do Estado deveria ser rigorosamente limitada, e que, na medida do possível, a vida econômica deveria ser deixada, sem regulamentos, à aptidão e ao bom senso de cidadãos individualistas, impelidos pela admirável motivação de subir na vida.

Por volta da época em que a influência de Paley e seus semelhantes estava diminuindo, as inovações de Darwin abalaram os fundamentos da fé. Nada poderia parecer mais contrário do que a antiga doutrina e a nova – a doutrina que encarava o mundo como obra do divino relojoeiro, e a doutrina que parecia extrair tudo do Acaso, do Caos e do Passado Remoto. Mas, neste ponto, as novas idéias iam ao encontro das antigas. Os economistas ensinavam que a riqueza, o comércio e a maquinaria provinham da livre competição, e que a livre competição construíra Londres. Contudo, os darwinistas puderam avançar um pouco mais – segundo eles, o próprio homem resultara da livre-concorrência. O olho humano não era mais a demonstração de um desígnio, capaz de coordenar milagrosamente "e da melhor maneira todas as coisas; ele era a suprema realização do acaso, funcionando sob condições de livre concorrência e de *laissez-faire*. O princípio de sobrevivência do mais apto poderia ser encarado como uma ampla generalização da economia ricardiana. À luz desta síntese, as interferências socialistas tornaram-se não apenas ineficientes, mas ímpias, como se fossem calculadas para retardar o movimento progressivo do poderoso progresso pelo qual nós, como Afrodite, tínhamos emergido do lado primitivo do oceano.

Portanto, eu vinculo a peculiar unidade da filosofia política cotidiana do século XIX ao êxito com que ela harmonizava escolas diversificadas e incompatíveis, unindo todas as boas coisas para um único fim. Ela verificou que Hume e Paley, Burke e Rousseau, Godwin e Malthus, Cobbett e Huskisson, Bentham e Coleridge, Darwin e o Bispo de Oxford, estavam todos pregando praticamente a mesma coisa: o individualismo e o *laissez-faire*. Esta era a Igreja da Inglaterra e aqueles, os seus apóstolos, enquanto a companhia dos economistas lá estava para provar que o menor desvio para a impiedade levaria à ruína financeira.

Essas razões e essa atmosfera constituem as explicações, quer o saibamos quer não – e a maioria de nós, nestes dias degenerados, ignora grande parte da questão –, o motivo de nossa atração tão forte pelo *laissez-faire*, e por que a ação governamental para regulamentar o valor da moeda, as normas do investimento, ou a população, provoca uma desconfiança tão violenta em muitos peitos empertigados. Não temos lido estes autores; poderíamos considerar tolos seus argumentos se nos caíssem às mãos. Apesar disso, acho que não iríamos pensar como fazemos se Hobbes, Locke, Hume, Rousseau, Paley, Adam Smith, Bentham e Miss Martineau não tivessem pensado e escrito como o fizeram. Um estudo da história das idéias é uma preliminar necessária para a emancipação do espírito. Não sei o que torna o homem mais conservador: conhecer apenas o presente, ou apenas o passado.

II

Eu disse que foram os economistas que forneceram o pretexto científico para que o homem prático pudesse resolver a contradição entre o egoísmo e o socialismo originados da filosofia do século XVIII e da decadência da religião revelada. Mas, tendo dito isto para resumir, apresso-me em qualificar meu argumento. Isto é o que se supõe que os economistas tenham dito. Nenhuma doutrina desse tipo pode realmente ser encontrada nos escritos dos autores mais importantes. Era o que os popularizadores e os divulgadores diziam. Seria o que os utilitaristas, que admitiam simultaneamente o egoísmo de Hume e o igualitarismo de Bentham, acreditariam, se tivessem que efetuar uma síntese. A linguagem dos economistas prestava-se à interpretação do *laissez-faire*. Mas a popularidade da doutrina deve ser atribuída aos filósofos políticos da época, para os quais ela convinha, mais do que aos economistas políticos.

Tradicionalmente, a máxima *laissez-nous faire* é atribuída à frase que o comerciante Legendre dirigiu a Colbert, por volta do fim do século XVII. Mas, não há dúvida que o primeiro autor a empregar a frase, e usá-la numa clara associação com a doutrina, foi o Marquês d'Argenson, aproximadamente em 1751. O Marquês foi o primeiro homem a se entusiasmar pelas vantagens econômicas de os governos deixarem o comércio livre. Dizia ele que, para governar melhor, é preciso governar menos. A verdadeira causa do declínio de nossas manufaturas, declarava, está no protecionismo que lhes temos concedido.

"Laissez faire, telle devrait être la devise depuis que le monde est civilisé. Détestable principe que celui de ne vouloir grandeur que par l'abaissement de nos voisins! Il n'y a que la méchanceté et la malignité du coeur de satisfaites dans ce principe, et l'intérêt y est opposé. Laissez faire, morbleu! Laissez-faire!!!"*

Aqui temos, totalmente formulada, a doutrina econômica do *laissez-faire*, com sua expressão mais fervorosa do comércio livre. A partir de então, as frases e a idéia devem ter se tornado correntes em Paris. Mas elas demoraram para se integrar na literatura; e a tradição que lhes associava os fisiocratas, e particularmente de Gournay e Quesnay, encontra pouco apoio nos escritos desta escola, embora estes fossem, naturalmente, proponentes da harmonia fundamental dos interesses sociais e individuais. A frase *laissez-faire* não se encontra nas obras de Adam Smith, Ricardo e Malthus. Até a idéia não se encontra de forma dogmática em qualquer um desses autores. Adam Smith, naturalmente, era a favor do livre comércio e contrário a muitas limitações setecentistas ao comércio. Mas, sua atitude em relação às leis de navegação e à legislação contra a usura mostra que ele não era dogmático. Até sua famosa passagem sobre "a mão invisível" reflete a filosofia que associamos a Paley, e não ao dogma econômico do *laissez-faire*. Como indicaram Sidgwick e Cliff Leslie, a defesa de Adam Smith do "evidente e simples sistema de liberdade natural" deriva da sua visão teísta e otimista de ordem no mundo, tal como foi proposta em sua *Theory of Moral Sentiments*, e não de qualquer proposição característica da economia política.

Acho que a frase *laissez-faire* foi popularizada pela primeira vez na Inglaterra através de uma passagem muito conhecida do Dr. Franklin. Na verdade, é só quando chegamos aos trabalhos posteriores de Bentham – de maneira alguma um economista – que descobrimos a regra do *laissez-faire*, sob a forma conhecida por nossos avós, adotada a serviço da filosofia utilitarista. Por exemplo, em *A Manual of Political Economy* ele escreve:

"A regra geral é que nada deve ser feito ou tentado pelo governo; o lema ou divisa do governo, nessas ocasiões, deveria ser: *ficar quieto*... A exigência feita pela agricultura, indústria e comércio aos governos é tão modesta e razoável quanto a que Diógenes fez a Alexandre: – Saia da minha frente."

Foi desde essa época que houve a campanha política pelo comércio livre, sob a influência da chamada Escola de Manchester e dos utilitaristas de Bentham, dos pronunciamentos de autoridades econômicas secundárias e das lições de Miss Martineau e da Senhora Marcet, que fixaram o *laissez-faire* no espírito popular como o conclusão prática da economia política ortodoxa – mas com esta grande diferença: tendo sido aceita pela mesma escola, neste intervalo, a teoria da população de Malthus, o *laissez-faire* otimista da última metade do século XVIII foi substituído por um *laissez-faire* pessimista da primeira metade do século XIX.

Nas *Conversations on Political Economy* (1817) da Senhora Marcet, Caroline permanece tanto quanto pode a favor do controle das despesas dos ricos. Mas, por volta da página 418 ela é obrigada a admitir sua derrota:

"Caroline: – Quanto mais aprendo sobre o assunto, mais me convenço de que o interesse das nações, bem como o dos indivíduos, longe de se oporem, estão na mais perfeita harmonia.

Sra. B.: – Idéias Liberais e amplas sempre levarão a conclusões semelhantes e nos ensinarão a apreciar os sentimentos de benevolência universal de uns para com os outros; daí a superioridade da ciência sobre o simples conhecimento prático."

Por volta de 1850, as *Easy Lessons for the Use of Young People* do Arcebispo Whately, que a Society for Promoting Christian Knowledge distribuíra por atacado, nem sequer admitem as dúvidas que a Sra. B. permitiu que Caroline

ocasionalmente tivesse. O pequeno livro conclui :

"É provável que se faça mais mal do que bem por meio de quase toda interferência do governo nas transações monetárias dos homens, seja emprestando e pedindo emprestado, ou na compra e venda de qualquer espécie."

A verdadeira liberdade é "que cada homem deve ser deixado livre para dispor de sua propriedade, do seu tempo, força e aptidão, qualquer que seja a maneira que julgue adequada, desde que não prejudique os seus vizinhos".

Em resumo, o dogma tomou conta da máquina educacional, tornou-se uma máxima escolar. A filosofia política, forjada nos séculos XVII e XVIII para derrubar reis e prelados, transformou-se em leite materno e literalmente penetrou no berçário.

Finalmente, nas obras de Bastiat atingimos a mais extravagante e rapsódica expressão da religião do economista político. Em suas *Harmonias Econômicas*, ele diz:

"Procuro demonstrar a Harmonia daquelas leis da Providência que governam a sociedade humana. O que torna estas leis harmoniosas, e não discordantes, é que todos os princípios, todos os motivos, todas as molas da ação, todos os interesses cooperam para um grande resultado final. E esse resultado é a aproximação indefinida de todas as classes na direção de um nível, que está sempre subindo; em outras palavras, a *equiparação* dos indivíduos no *melhoramento geral*."

E quando, como outros padres, escolhe seu Credo, o resultado é este:

"Creio que Aquele que organizou o universo material não retirou seu olhar da organização do mundo social. Acredito que Ele combinou e provocou o movimento harmônico de agentes livres como o das moléculas inertes... Creio que a tendência social invencível é uma constante aproximação dos homens de um nível moral, intelectual e físico comuns, simultaneamente acompanhada de uma progressiva e indefinida elevação desse nível. Creio que tudo o que é necessário para um desenvolvimento gradativo e pacífico da humanidade é que suas tendências não deveriam ser perturbadas, nem ter destruída a liberdade de seus movimentos."

Desde o tempo de John Stuart Mill, os economistas de maior importância manifestaram uma forte reação contra tais idéias. "Quase nenhum economista inglês de boa reputação", nas palavras de um professor Cannan, "aderirá a um ataque frontal ao socialismo em geral", embora, como ele também acrescenta, "quase todo economista, de renome ou não, esteja sempre pronto a perceber falhas na maioria das propostas socialistas. Os economistas não têm mais qualquer vínculo com as filosofias teológicas e políticas de onde se originou o dogma da harmonia social, e sua análise científica não os leva a tais conclusões.

Em 1870, Cairnes, na aula inaugural sobre "Economia Política e *Laissez-Faire*", proferida no University College de Londres, talvez tenha sido o primeiro economista ortodoxo a atacar frontalmente o *laissez-faire* em geral.

"A máxima do *laissez-faire* – declarou – não tem qualquer base científica mas, na melhor das hipóteses, trata-se de uma simples regra cômoda para a prática."

Nos cinquenta anos seguintes esta foi a opinião de todos os principais economistas. Alguns dos mais importantes trabalhos de Alfred Marshall – para dar um exemplo – foram orientados para o esclarecimento dos mais relevantes casos em que o interesse privado e o social não se harmonizam. Apesar disso, a atitude prudente e não dogmática dos melhores economistas não predominou contra a opinião geral de que um *laissez-faire* individualista constitui tanto o que eles deveriam ensinar como aquilo que de fato ensinam.

III

Os economistas, como outros cientistas, têm escolhido as hipóteses que lhes servem de ponto de partida, e que eles oferecem aos principiantes, por se tratar da mais simples, e não por estarem mais próximas dos fatos. Em parte por esta razão, mas em parte, admito, porque tinham sido condicionados pelas tradições da disciplina, eles têm começado por supor um estado de coisas no qual a distribuição ideal dos recursos produtivos pode ser conseguida através de indivíduos que agem de maneira independente, pelo método de ensaio e erro, de tal maneira que os indivíduos que se movimentam na direção correta destruirão, pela competição, aqueles que se movimentam na direção errada. Isto implica que não deve haver perdão ou proteção para os que empatam seu capital ou seu trabalho na direção errada. Este é um método para elevar ao topo os negociantes melhor sucedidos, mediante uma luta cruel pela sobrevivência, que seleciona os mais eficientes através da falência dos menos eficientes. Não se leva em conta o custo da luta, mas apenas os lucros do resultado final, que se supõe serem permanentes. Como o objetivo é colher as folhas dos galhos mais altos, a maneira mais

provável de alcançá-lo é deixar que as girafas com os pescoços mais longos façam morrer à míngua as de pescoços mais curtos.

Em consonância a este método para atingir a distribuição ideal dos instrumentos de produção entre diferentes objetivos, existe uma suposição semelhante sobre a maneira de atingir a distribuição ideal do que se dispõe para o consumo. Em primeiro lugar, cada indivíduo descobrirá o que *ele* deseja mais, entre os possíveis objetos de consumo, através do método de ensaio e erro "na margem" e, desta forma, não apenas cada consumidor irá distribuir da melhor maneira seu consumo, mas cada objeto de consumo encontrará o caminho mais atraente até o consumidor que mais o almeja em comparação aos outros, isto porque o consumidor em questão pagará mais por ele. Dessa forma, se pelo menos deixarmos as girafas à vontade: 1) seria colhida a máxima quantidade de folhas, porque as girafas de pescoços mais longos chegariam mais perto das árvores, à força de matar as outras de fome; 2) cada girafa dirigir-se-ia às folhas que considerasse mais suculentas entre as que estivessem a seu alcance; e 3) as girafas cuja atração por determinada folha for maior, esticarão mais o pescoço para alcançá-la. Desta maneira, mais folhas e as mais suculentas serão engolidas, e cada folha, individualmente, atingirá a garganta que achar merecedora devido a seu maior esforço.

Contudo, esta suposição de condições em que a seleção natural explícita leva ao progresso é apenas uma das duas suposições provisórias que, tomadas como verdades literais, tornaram-se as escoras gêmeas do *laissez-faire*. A outra é a eficácia, e, na verdade, a necessidade, da oportunidade de lucros privados ilimitados como *incentivo* ao máximo esforço. Sob o *laissez-faire*, o lucro cabe ao indivíduo que, por aptidão ou boa sorte colha todos os frutos dessa conjuntura, evidentemente, oferece um incentivo imenso à prática da arte de estar no lugar certo na hora exata. Um dos motivos humanos mais poderosos – o amor; ao dinheiro – é assim acoplado à tarefa de distribuir recursos econômicos de maneira melhor calculada para aumentar a riqueza.

O paralelismo entre o *laissez-faire* econômico e o darwinismo, já observado rapidamente, pode ser visto agora como realmente muito próximo conforme Herbert Spencer foi o primeiro a reconhecer. Assim como Darwin invocou o amor sexual, que age através da seleção sexual para favorecer a seleção natural pela competição – a fim de orientar a evolução por linhas desejáveis e eficientes –, também o individualista invoca o amor ao dinheiro, agindo através da procura do lucro, para ajudar a seleção natural e promover na maior escala possível a produção do que é mais desejado, mensurável pelo valor de troca.

A beleza e a simplicidade dessa teoria são tão grandes que é fácil esquecer que ela decorre não de fatos reais mas de uma hipótese incompleta formulada para fins de simplificação. Além de outras objeções a serem mencionadas mais adiante, a conclusão de que os indivíduos que agem de maneira independente para seu próprio bem produzem maior volume de riqueza, depende de uma série de pressupostos irrealistas, com relação à inorganicidade dos processos de produção e consumo, à existência de conhecimento prévio suficiente das suas condições e requisitos, cuja existência de oportunidades adequadas para obter esse conhecimento prévio. Isto se dá porque os economistas geralmente reservam para uma fase posterior de sua discussão as complicações que surgem: 1) quando as unidades de produção eficientes são grandes em relação às unidades de consumo; 2) quando ocorrem custos indiretos e conjuntos; 3) quando as economias internas tendem a concentração da produção; 4) quando o tempo necessário para os ajustamentos é longo; 5) quando a ignorância supera o conhecimento; 6) quando os monopólios e os cartéis interferem no equilíbrio dos negócios. Em outras palavras, eles guardam para um estágio superior a sua análise dos fatos reais. Além disso, muitos dos que reconhecem que as hipóteses simplificadas não correspondem precisamente aos fatos concluem, apesar disso, que elas representam o que é "natural" e, portanto, ideal: Eles consideram saudáveis as hipóteses simplificadas, e doentias as demais complicações.

Todavia, além desta questão de fato, existem outras considerações, suficientemente conhecidas, que trazem corretamente ao cálculo o custo e o caráter da própria luta competitiva, e a tendência para que a riqueza seja distribuída aos que mais a apreciam. Se levarmos a sério o bem-estar das girafas, não devemos menosprezar o sofrimento das de pescoços mais curtos, que morrem de fome, ou as folhas doces que caem ao chão e são pisadas na luta, ou a superalimentação das de pescoços compridos, ou o mau-olhado de angústia ou cobiça agressiva que anuvia os semblantes suaves da multidão.

Mas, os princípios do *laissez-faire* tiveram outros aliados além dos manuais de Economia. Deve-se admitir que foram confirmados nas mentes de bons pensadores e da opinião pública devido à má qualidade das propostas contrárias – o protecionismo, de um lado, e o socialismo marxista, do outro. Contudo, estas duas doutrinas se caracterizaram, não só e principalmente por infringirem a presunção geral a favor do *laissez-faire* mas por simples engano lógico. Ambas são exemplos de teorias fracas, da incapacidade de analisar um processo e de segui-lo até sua conclusão. Os argumentos contra elas, embora reforçados pelo princípio do *laissez-faire*, rigorosamente não o exigem. Dos dois, pelo menos o protecionismo é plausível, e as forças que favorecem sua popularidade não são surpreendentes. Mas, o socialismo marxista sempre deverá continuar sendo um prodígio para os historiadores das idéias – de como uma doutrina tão ilógica e tão insípida pode ter exercido uma influência tão poderosa e permanente na mente dos homens e, através deles, nos eventos da História. De qualquer maneira, as evidentes deficiências científicas destas duas escolas de pensamento contribuíram muito para o prestígio e a autoridade do *laissez-faire* do século XIX.

Nem sequer o desvio mais notável para a ação social centralizada em grande escala – a conduta da última Guerra – encorajou os reformadores ou desfez preconceitos antiquados. E; verdade que haveria muito a dizer de ambos os lados. A

experiência da Guerra na organização da produção socializada deixou alguns observadores mais próximos com um otimismo ansioso de reproduzi-la em condições de paz. O socialismo de guerra sem dúvida alcançou uma produção de riqueza numa escala muito maior do que a já conhecida em período de paz, pois, embora os bens e serviços produzidos se destinassem à extinção imediata e inútil, eles não deixavam de representar uma riqueza. Não obstante, a dissipação de esforços também foi prodigiosa, e a atmosfera de desperdício e de negligência com os custos era repugnante para os espíritos parcimoniosos e prudentes.

Finalmente, apesar de suas profundas raízes na filosofia política e moral do fim do século XVIII e início do XIX, o individualismo e o *laissez-faire* não poderiam ter garantido seu domínio permanente na conduta dos negócios públicos, se não fosse pela sua conformidade às necessidades e desejos do empresariado da época. Eles proporcionaram um objetivo total a nossos antigos heróis – os grandes empresários. "Pelo menos a metade da melhor aptidão no mundo Ocidental", costumava dizer Marshall, "está empenhada nos negócios". Uma grande parte da "imaginação superior" da época era aplicada nisso. Foi nas atividades destes homens que se centralizaram nossas esperanças de progresso.

"Os homens desta classe (escreveu Marshall) vivem com idéias em constante mudança, forjadas em seus próprios cérebros, sobre os vários caminhos para atingir o fim desejado; as dificuldades que a Natureza lhes oporá em cada um deles, e os expedientes pelos quais esperam superar sua oposição. Esta imaginação não é muito valorizada pelas pessoas em geral, porque não lhes é permitido divagar; sua força é disciplinada por uma vontade mais forte; e sua maior glória é a de ter atingido grandes objetivos por meios tão simples, que ninguém irá conhecer e, a não ser os especialistas, ninguém chegará a adivinhar como uma dúzia de outros expedientes, cada um sugerindo a mesma inteligência a um observador apressado, foram descartados em seu favor. Tal como a imaginação de um grande jogador de xadrez, a imaginação de um homem desses aplica-se ao prognóstico dos obstáculos que podem se opor ao desenrolar bem sucedido de seus projetos a longo prazo, e à constante rejeição de sugestões brilhantes porque já lhe previra os obstáculos. Sua grande força nervosa está no extremo oposto da natureza humana, daquela irresponsabilidade aflita que concebe esquemas utópicos apressados e que seria mais comparável à facilidade audaz de um jogador fraco, que resolva apressadamente os problemas mais difíceis do xadrez, tornando a si o movimento das pedras pretas e das brancas."

Este é um bom retrato do grande capitão de indústria, do mestre individualista, que nos serve ao servir-se a si mesmo, exatamente como faz qualquer outro artista. Mas, sua figura está se transformando num ídolo caído. Temos cada vez mais dúvidas sobre se é ele que nos conduzirá ao paraíso pela mão.

Esses diversos elementos contribuíram para o viés intelectual corrente, para a mentalidade e para a ortodoxia da época. A força propulsora de muitas das razões iniciais desapareceram, mas, como sempre, a vitalidade das conclusões sobrevive a elas. Sugerir à *City* de Londres uma ação social para o bem público é como discutir a *Origem das Espécies* com um bispo, sessenta anos atrás. A primeira reação não é intelectual, mas moral. É uma ortodoxia que está em questão e, quanto mais persuasivos os argumentos, mais grave será a ofensa. Apesar disso, aventurando-me no covil do monstro letárgico, de qualquer maneira descrevi suas necessidades e origem, a fim de mostrar que ele nos governou mais por direito hereditário do que por mérito pessoal.

IV

Esclareçamos desde o início os princípios metafísicos ou gerais sobre os quais, de tempos em tempos, se fundamentou o *laissez-faire*. Não é verdade que os indivíduos possuem uma "liberdade natural" prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que ha prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto-interesse seja geralmente esclarecido; mais freqüentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente.

Portanto, não podemos basear-nos em fundamentos abstratos, mas devemos lidar minuciosamente com os méritos daquilo que Burke denominou

"um dos problemas mais refinados na legislação, ou seja, determinar o que o Estado deveria tomar a si para dirigir pela sabedoria pública, e o que deveria deixar, com tão pouca interferência quanto possível, ao exercício dos indivíduos".

Temos que distinguir entre o que Bentham, em sua nomenclatura esquecida, mas útil, costumava chamar de *Agenda* e *Não-Agenda*, e fazê-lo, sem a prévia suposição de Bentham, de que a interferência é, ao mesmo tempo, "geralmente desnecessária" e "geralmente perniciosa". Nesta hora, talvez a principal tarefa dos economistas seja novamente a de distinguir a *Agenda* do Governo da *Não-Agenda*; e a tarefa complementar da política talvez seja a de imaginar formas de governo dentro de uma democracia, que sejam capazes de realizar a *Agenda*. Vou esclarecer o que tenho em mente com

dois exemplos:

1. Creio que, em muitos' casos, o tamanho ideal de unidade de controle e organização esteja em algum ponto entre o indivíduo e o Estado moderno. Sugiro, portanto, que o progresso reside no desenvolvimento e reconhecimento de entidades semi-autônomas dentro do Estado – entidades cujo critério de ação com seus próprios campos seja unicamente o bem público, tal como das o compreendem; e de cujas deliberações estejam excluídos os motivos das vantagens particulares, embora ainda possa ser preciso deixar-lhes algum lugar até que se amplie o âmbito de altruísmo dos homens, para o proveito isolado de grupos, classes ou congregações específicas –, entidades que, no curso habitual da vida social, são basicamente autônomas dentro das limitações que lhes são prescritas, sendo porém sujeitas, em última instância, à soberania da democracia expressa através do Parlamento.

É possível dizer que estou propondo uma volta a concepções medievais de autonomias isoladas. De qualquer forma, na Inglaterra, as corporações constituem uma modalidade de governo que nunca deixou de ser importante e compreensiva, além de congênita às nossas instituições. É fácil dar exemplos, a partir do que já existe, de autonomias isoladas que atingiram ou se aproximam da modalidade a que me refiro – as universidades, o Banco da Inglaterra, a Autoridade do Porto de Londres, e até, quem sabe, as companhias de estradas de ferro. Sem dúvida, existem na Alemanha exemplos análogos.

Todavia, mais interessante que estes é a tendência das grandes sociedades anônimas, quando atingiram determinada idade e tamanho, de se aproximarem da situação das corporações públicas, mais do que da empresa privada individualista. Um dos mais interessantes e despercebidos progressos das décadas recentes vem sendo a tendência da empresa a se socializar. Com o crescimento de uma grande instituição – particularmente de uma empresa ferroviária ou de utilidade pública, mas também de um grande banco ou de uma grande utilidade pública, mas também de um grande banco ou de uma grande companhia de seguros –, em que os proprietários do capital – isto é, os acionistas – estão quase inteiramente dissociados da administração, com o resultado de que o interesse direto desta última em produzir um grande lucro torna-se completamente secundário. Uma vez atingida esta fase, a estabilidade e a reputação gerais da instituição são mais levadas em conta pela administração do que a maximização dos lucros para os acionistas. Os acionistas devem ficar satisfeitos com os dividendos convencionalmente adequados; mas, uma vez assegurados os mesmos, o interesse direto da administração freqüentemente consiste em evitar críticas da opinião pública e dos clientes da empresa. Este é particularmente o caso quando o seu grande tamanho ou sua posição semimonopolista a tornam visível aos olhos da opinião pública e vulnerável a seus ataques. Talvez o caso extremo desta tendência no caso de uma instituição, teoricamente uma propriedade ilimitada de particulares, seja o Banco da Inglaterra. É quase verdade dizer que não existe uma classe de pessoas no Reino em quem o diretor do Banco da Inglaterra pense menos do que em seus acionistas, quando decide adotar uma orientação. Seus direitos, além dos dividendos convencionais, já afundaram até as proximidades do zero. Mas, a mesma coisa é parcialmente verdadeira no caso de muitas outras grandes instituições. A medida que o tempo passa, elas estão se socializando.

Não que isto constitua um ganho líquido. As mesmas causas promovem o conservantismo e um declínio da empresa. Na verdade, já tivemos nesses casos muitos dos defeitos, bem como das vantagens, do socialismo de Estado. Apesar disso, acho que podemos ver aqui uma linha natural de evolução. A batalha do socialismo contra o lucro privado ilimitado está sendo ganha de hora em hora no varejo. Nestes campos específicos – embora permaneça agudo em outros – isto não constitui mais o problema premente. Não existe, por exemplo, uma questão política denominada importante que seja realmente tão pouco importante, tão irrelevante para a reorganização da vida econômica da Grã-Bretanha, quanto a nacionalização das ferrovias.

É verdade que muitos grandes empreendimentos, principalmente as empresas de utilidade pública e outras que requerem um grande capital fixo, ainda precisam ser semi-socializadas. Mas, precisamos manter flexíveis os nossos espíritos com relação às formas deste semi-socialismo. Devemos aproveitar-nos plenamente das tendências naturais da época, e provavelmente devemos preferir as corporações semi-autônomas a órgãos do governo central pelos quais ministros de Estado sejam diretamente responsáveis.

Eu critico o socialismo de Estado doutrinário, não porque ele procura engajar os impulsos altruístas dos homens a serviço da sociedade, porque ele se afasta do *laissez-faire*, ou porque retire das liberdades naturais do homem a de tornar-se milionário, ou ainda porque tem a coragem de fazer experiências ousadas. Eu aplaudo todas essas coisas. Mas, eu o critico, por deixar de perceber o significado do que está realmente ocorrendo; porque, de fato, é pouco melhor que a sobrevivência empoeirada de um plano para enfrentar os problemas de cinquenta anos atrás, com base num mal-entendido do que alguém disse há cem anos. O socialismo de Estado do século XIX originou-se com Bentham, na livre concorrência, etc., e, sob alguns aspectos, constitui uma versão mais clara, e sob alguns aspectos mais perturbadora, da mesma filosofia subjacente ao individualismo do século XIX. Da mesma forma, ambos colocaram toda sua força na liberdade, um negativamente, a fim de evitar limitações a respeito da liberdade existente, e o outro de forma positiva, para destruir os monopólios naturais ou adquiridos. Trata-se de reações diferentes, à mesma atmosfera intelectual.

2. A seguir chego a um critério de *Agenda* particularmente importante para o que é urgente e desejável fazer no futuro próximo. Devemos aspirar à separação dos serviços que são *tecnicamente sociais* dos que são *tecnicamente individuais*. A

mais importante *Agenda* do Estado não diz respeito às atividades que os indivíduos particularmente já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, é fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas.

Não está entre meus objetivos, nesta ocasião, formular medidas concretas. Limito-me, portanto, a mostrar alguns exemplos do que desejo dizer sobre os problemas a respeito dos quais mais tenho refletido.

Muitos dos maiores males econômicos de nosso tempo são frutos do risco, da incerteza e da ignorância. E, porque indivíduos específicos, afortunados em sua situação ou aptidões, são capazes de se aproveitar da incerteza e da ignorância, e também porque, pela mesma razão, os grandes negócios constituem freqüentemente uma loteria, que surgem as grandes desigualdades de riqueza; e estes mesmos fatores são também a causa do desemprego dos trabalhadores, ou a decepção das expectativas razoáveis do empresariado, e da redução da eficiência e da produção.

Entretanto, a cura reside fora das atividades dos indivíduos; pode até ser do interesse destes o agravamento da doença.

Creio que a cura desses males deve ser procurada no controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central, e em parte na coleta e disseminação em grande escala dos dados relativos à situação dos negócios, inclusive a ampla e completa publicidade, se necessário por força da lei, de todos os fatos econômicos que seria útil conhecer. Essas medidas envolveriam a sociedade no discernimento e controle, através de algum órgão adequado de ação, de muitas das complexas dificuldades do mundo dos negócios, embora mantendo desimpedidas a iniciativa e a empresa particulares. Ainda que estas medidas se mostrem insuficientes, elas nos fornecerão um melhor conhecimento do que temos, para dar o próximo passo.

Meu segundo exemplo diz respeito à poupança e ao investimento. Creio que é preciso haver algum ato coordenado de apreciação inteligente sobre a escala desejável em que a comunidade como um todo deva poupar, a escala em que esta poupança deva ir para o exterior sob a forma de investimentos externos; e sobre se a atual organização do mercado de capitais distribui a poupança através dos canais produtivos mais racionais. Não acho que estas questões possam ser deixadas inteiramente como estão sendo agora, ao sabor da apreciação particular e dos lucros privados.

Meu terceiro exemplo refere-se à população. Já chegou o tempo em que cada país precisa de uma política considerada nacional do que mais lhe convém quanto ao tamanho da população, seja maior, menor ou igual à atual. E tendo fixado esta norma, precisamos dar os passos necessários para fazê-la funcionar. Poderá chegar o tempo, um pouco mais tarde, em que a comunidade como um todo deverá prestar atenção à qualidade inata, tanto quanto ao simples número dos seus futuros membros.

V

Estas reflexões são dirigidas para os possíveis aperfeiçoamentos na técnica do capitalismo moderno, por meio da ação coletiva. Nada existe neles de seriamente incompatível com o que me parece a característica essencial do capitalismo, ou seja, a dependência de uma intensa atração dos instintos de ganho e de amor ao dinheiro dos indivíduos como principal força motivadora dos mecanismos econômicos. Não devo, tão perto de minha conclusão, dispersar-me para outros campos. Apesar disso, pode ser conveniente lembrar-lhes, para terminar, que as lutas mais ferozes e as mais sentidas divisões de opinião deverão provavelmente ser travadas nos próximos anos, não em torno de problemas técnicos, em que os argumentos dos dois lados são principalmente econômicos, mas em torno daqueles que, por falta de melhores palavras, podem ser denominados psicológicos ou, talvez morais.

Na Europa, ou pelo menos em algumas partes da Europa – mas, creio que não nos Estados Unidos da América –, existe uma reação latente, um pouco difundida, contra a fundamentação da sociedade, até o ponto em que o fazemos, no favorecimento, no encorajamento e na proteção dos motivos monetários individuais. Uma preferência pela organização de nossos problemas – de modo a apelar o menos possível para O motivo monetário, e não o máximo possível – não precisa ser inteiramente *a priori*, mas pode ser baseado na comparação de experiências. Pessoas diferentes, segundo a escolha da profissão, verificam que o motivo monetário desempenha uma grande ou pequena parte na sua vida cotidiana, e os historiadores podem nos falar de outras fases da organização Social, em que este motivo desempenhou um papel muito menos importante do que atualmente. A maioria das religiões e das filosofias desaprova, no mínimo, um modo de vida principalmente influenciado por considerações de lucro monetário pessoal. Por outro lado, a maioria dos homens rejeita atualmente as noções acéticas e não têm dúvidas quanto às vantagens reais da riqueza. Além disso, parece-lhes evidente que não é possível passar sem o motivo monetário e que, afora alguns abusos reconhecidos, ele desempenha bem o seu papel. Em conseqüência, o homem médio afasta sua atenção do problema, e não tem uma clara idéia sobre o que ele realmente pensa e sente a respeito de toda a controvertida questão.

A confusão de pensamento e sentimento leva a confusão de linguagem. Muita gente que realmente tem objeções ao capitalismo como modo de vida, discute como se estivesse objetando a ele com base em sua ineficiência para atingir seus próprios fins. No outro extremo, os devotos do capitalismo freqüentemente são indevidamente conservadores, e rejeitam

reformas em sua técnica, que na verdade, poderiam realmente reforçá-lo e preservá-lo, por medo de que tais reformas possam vir a ser os primeiros passos de afastamento do capitalismo. Apesar disso, poderá chegar um dia em que estaremos mais esclarecidos do que agora, ao falar dele como algo desejável ou censurável. De minha parte, acho que, sabiamente administrado, o capitalismo provavelmente pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos do que qualquer sistema alternativo conhecido, mas que, em si, ele é de muitas maneiras sujeito a inúmeras objeções. Nosso problema é o de criar uma organização social tão eficiente quanto possível, sem ofender nossas noções de um modo satisfatório de vida.

O próximo passo à frente deve vir, não da agitação política ou de experimentos prematuros, mas da reflexão. Através de um esforço da mente, precisamos esclarecer nossos próprios sentimentos. Atualmente, nossa simpatia e nossa razão estão sujeitos a ficar em lados diferentes, o que constitui um estado de espírito doloroso e paralisador. No campo da ação, os reformadores não terão êxito até conseguirem firmemente seguir um objetivo claro e definido, formulado através da sintonia de seus intelectos e sentimentos. Atualmente não existe um partido no mundo que me pareça estar querendo atingir os objetivos certos, pelos métodos certos. A pobreza material fornece estímulos à mudança precisamente em situações em que existe muito pouca margem para experiências. A prosperidade material remove tais estímulos justamente quando seria seguro tentar realizá-los. A Europa carece dos meios, e a América da vontade de fazer um movimento. Precisamos de um novo conjunto de convicções que saltem naturalmente de um exame ingênuo de nossos sentimentos interiores em relação aos fatos exteriores.

KEYNES, John Maynard. *O fim do "laissez-faire"*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) Keynes (Economia). São Paulo: Ática, 1983, pp. 106-126